

ESTUDOS DE SEMÂNTICA APLICADA AO PORTUGUÊS

Mary A. Kato (organizadora)

Colaboradores:

Sebastião Josué Votre

Telmo Correia Arrais

Mary A. Kato

M.Cecília Pérez Souza e Silva

Laís Furquim de Azevedo

Rosa Attié Figueira e Carlos Vogt

Lúcia Maria Pinheiro Lobato

DOIS VERBOS achar EM PORTUGUÊS?

Rosa Attié Figueira
UNICAMP

Carlos Vogt
UNICAMP

Este artigo tem por objetivo expressar uma diferença intuitivamente sentida em certo tipo de enunciado do português, em que entra o verbo *achar*. Pareceu-nos que era possível fazê-lo com a ajuda da noção de pressuposição. Sendo assim, partimos, nessa análise, de uma concepção de pressuposto tal como foi formulada por Ducrot, em *Dire et ne pas Dire* (1972).¹

Nesta obra encontra-se formulada uma proposta de descrição semântica, cujos pontos principais procuraremos reproduzir a seguir, com o objetivo de situar o leitor relativamente ao quadro teórico que nos serviu de ponto de partida.

Dois pontos principais compõem a noção de pressuposto tal como é apresentada por Ducrot: a) o pressuposto é um implícito que integra (tanto quanto o posto) a significação literal do enunciado; b) o pressuposto tem por função específica impor as condições para o prosseguimento do discurso. "Presupor um certo conteúdo é colocar a aceitação de tal conteúdo como condição do diálogo ulterior" (cf. Ducrot, 1977:101). A partir deste último traço Ducrot afirma o caráter ilocucionário da pressuposição, isto é, sua característica de ato específico do sujeito falante, ato que transforma as possibilidades de fala do interlocutor, uma vez que o obriga a ele querer dar prosseguimento ao discurso iniciado - a tomar os pressupostos do falante como quadro de sua própria fala.

Reconhece-se um conteúdo como pressuposto, fazendo-se negar, interrogar e encadear o enunciado em questão. Se há um conteúdo semântico que se mantém inalterado face à negação, interrogação e encadeamento, este conteúdo é dito pressuposto. Ao contrário, o conteúdo que se deixa negar, interro-

gar e encadear é o posto do enunciado, ou seja, aquilo de que se deseja informar explicitamente o ouvinte.

Deve-se acrescentar que, de acordo com o modelo de descrição semântica proposto por Ducrot (1972), o pressuposto - por ter marcas formais na sintaxe e no léxico da língua - deve ser analisado (juntamente com o posto) no nível de um componente lingüístico, componente "que caracteriza os enunciados independentemente de qualquer enunciação, mas em relação ao papel que eles podem representar na enunciação". (cf. Ducrot, 1977:141). Neste sentido difere de outro tipo de implícito - o subentendido (ou implicatura conversacional, numa outra terminologia) - pois, sendo este derivado de regras discursivas, deve ser tratado num segundo componente - componente retórico - onde interferem as circunstâncias da elocução.

Tal é o quadro teórico onde se originou nossa análise. Entretanto, como adiante se verá, na medida em que a análise foi sendo desenvolvida verificou-se a necessidade de se alterar a concepção de sentido de um enunciado, de maneira a tornar menos rígida a distinção entre o lingüístico e o retórico, o explícito e o implícito. No próprio Ducrot (1978, 1978a) e em Vogt (1977), a distinção entre significação lingüística e significação retórica deixa de ter, mesmo do ponto de vista metodológico, o papel proeminente que antes lhe era atribuído na descrição semântica.

Por outro lado, estudos das mais diferentes origens teóricas e mesmo históricas, que vêm, por exemplo, desde a Lógica de Port-Royal e encontram atualmente na filosofia analítica da linguagem um tratamento sistemático e adequado dos aspectos pragmáticos que envolvem o enunciado, mostram também que essas distinções devem ser vistas com mais reservas do que com entusiasmo. Não quer dizer que elas não continuem a operar na caracterização do sentido. Quer sim dizer que, adotada uma outra concepção do sentido de um enunciado, modificar-se-ão também as fronteiras entre o lingüístico e o não lingüístico.

Nosso artigo está comprometido com estas transformações. Numa primeira parte, procuraremos

estabelecer uma diferença entre dois usos do verbo **achar** em português, recorrendo a uma análise baseada em critérios distribucionais e em aspectos semânticos, pressuposicionais, em particular. A segunda parte do trabalho será destinada à interpretação desta diferença. Tentaremos aí, em termos de uma análise pragmática, na qual a noção de intenção terá um papel fundamental, mostrar que os verbos distinguidos na primeira parte como **achar₁** (palpitar) e **achar₂** (apreciação) constituem indicações de modalidades de enunciação diversas, e que **achar₂**, além de participar desta indicação, é também parte do conteúdo proposicional do enunciado. Buscaremos interpretar os traços distribucionais característicos destes dois verbos como consequência da força ilocucionária própria de cada um. É, pois, no quadro de uma teoria geral dos atos de linguagem que a interpretação semântico-pragmática do verbo **achar** deverá ser feita.

A análise assim desenvolvida permitirá ainda que se façam algumas considerações sobre o lugar e o papel do componente pragmático na teoria lingüística. O que também será feito na segunda parte do artigo.

* * *

I

1. Fixemos inicialmente o escopo de nossa análise.

Vamos considerar neste artigo apenas os casos em que o verbo **achar** pode reger uma oração completiva iniciada por **que**, isto é, quando é possível de integrar a seguinte estrutura sintática:

X que P

em que X é o sujeito de **achar** e P uma sentença copulativa.

Exclui-se, deste modo, várias das acepções que Francisco Fernandes enumera para este verbo em seu Dicionário de Verbos e Regimes. Por exemplo: a de **estar**, **encontrar-se**, em que o verbo é pronominal (ex: Achava-me de frente para o prédio da Biblioteca); as de **encontrar por acaso** ou **procurando** (ex: não achei o relógio) e **descobrir**, **inventar** (ex: O cientista achou uma nova fórmula para im-

pedir o desenvolvimento de bactérias), em que o verbo é transitivo direto, regendo complemento não oracional. Por outro lado, incluem-se como pertinentes aquelas acepções em que o verbo rege complemento oracional: 1) **julgar**, **supor** e 2) **julgar**, **considerar**.²

Inicialmente, em nossos exemplos, X será o sujeito da enunciação (eu) e P uma sentença copulativa, em que o predicativo do sujeito é um adjetivo:

Eu acho que O é/está Y

Parece-nos possível mostrar que neste contexto o verbo **achar** tem dois sentidos distintos, que podem ser evidenciados através de uma análise em **posto** e **pressuposto**.

Tomemos o exemplo:

(1) Eu acho que o novo carro da Fiat é caro.

Este enunciado pode ser empregado em duas situações:

- 1º) o falante não conhece o preço do novo carro da Fiat. Então, para dar a seu interlocutor uma idéia que ele tem a respeito deste objeto, emprega o adjetivo **caro**.
- 2º) o falante conhece o preço do novo carro da Fiat e este lhe parece alto. Emprega o adjetivo **caro** para dizer o que pensa do valor, já conhecido, do objeto.

Observe-se que a pergunta

(2) Você sabe o preço do novo carro da Fiat?

pode ter duas respostas, de acordo com as duas situações possíveis: conhecimento e desconhecimento do valor do objeto:

(3) Não, mas eu acho que o carro é caro.

(4) Sim, e eu acho que o carro é caro.

Com base nisto, propomos para (1), duas descrições baseadas na decomposição do sentido do enunciado nos constituintes: **pressuposto** (= P) e **posto** (= P).

~~alente~~ (Devem ser) - desire
~~intercessão~~ (PP:) Eu acho que
O falante carro

1 a

Eu acho que o carro é caro.

PP: O falante não sabe o valor do carro.

P: Para o falante, é provável que o carro seja caro.

No primeiro caso, sem se apoiar no dado objetivo: valor do carro, o sujeito da enunciação faz uma suposição; no segundo caso, a partir de uma medida anteriormente conhecida, o sujeito emite um julgamento. Trata-se de duas atitudes diferentes que chamaremos respectivamente de palpitação e apreciação. Em francês, estas duas atitudes são expressas por verbos distintos: *croire* e *trouver*, respectivamente. Em português, para indicar esta diferença, no caso do verbo achar, usaremos a notação $achar_1$ para o palpitação e $achar_2$ para apreciação.

O fato em que nos apoiamos para propor esta distinção são evidências sintáticas. Mostraremos que cada um dos valores que apontamos para o verbo achar está associado a propriedade que não é compartilhada pelo outro. Sendo exclusivas de cada emprego, estas propriedades serão marcas que distinguem achar₁ de achar₂.

Observemos de imediato que, se a situação for igual à primeira, pode-se substituir no enunciado (1) a cópula pela locução verbal deve ser (no sentido de possibilidade e não no de obrigação de auxiliar dever). (Para explicitação do contexto apoiar-nos-emos na pergunta (2))

* (2) Você sabe o preço do novo carro da Fiat

(5) Não, mas eu acho que o carro deve ser caro.

Mas se a situação for igual à segunda, esta substituição determina uma frase estranha:

→ (2) Você sabe o preço do novo carro da Fiat?

(6)*Sim, e eu acho que o carro deve ser caro.

Logo, só achar com valor de palpite admite um auxiliar modal na completiva. Outros enunciados que também poderiam levar à verificação dessa incompatibilidade entre achar-apreciação e a locação deve ser são os seguintes:

~~treuver~~
~~speciaal~~
~~rijgen~~

2

Eu acho que o carro é ca

;) O falante sabe o valor carro.

P: Para o falante, o carro caro.

(7) Embora não saiba o preço do carro, eu acho que ele deve ser caro.

(8)* Embora saiba o preço do carro, eu acho que ele deve ser caro.

Observemos agora que se o contexto for igual ao segundo, podemos ter apagamento do complementizador e da cópula, sem consequência para o sentido do enunciado:

(2) Você sabe o preço do novo carro da Fiat?

(10)*Não, mas eu acho o carro caro.

Logo, supressão de que + cópula só ocorre com achar?.

Pode-se então tomar o uso do auxiliar modal e o apagamento de que + cópula na completiva como traços específicos de achar₁ e achar₂ respectivamente. E traços inequívocos, porque, conforme se viu, a locução ~~que~~ indica hipótese não se emprega quando o contexto é de apreciação, enquanto redução da completiva não ocorre se o contexto é de suposição. A anomalia de (6), (8) e (10) se explicam exatamente pelo fato de os contextos lingüísticos em que estão inseridos os enunciados Eu acho que o carro deve ser caro e Eu acho o carro caro serem incompatíveis com as pressuposições que estão implicadas na formulação destas duas opiniões.

Nossa análise em pressuposição destes enunciados sugere que para fazer uma apreciação é preciso que o sujeito tenha uma certa experiência com aquilo que está sendo considerado; do contrário, se lhe falta esta experiência, tudo o que lhe é permitido fazer é uma suposição. Senão vejamos. De um lado, (6) e (8) parecem estranhas porque o falante afirma ter uma informação que lhe permite fazer uma apreciação, e, não obstante, faz uma suposição. Ora, isto representa - como se sabe - violação de um princípio que rege a troca de falas, conhecido como lei da exaustividade (ou máxima da quantidade), segundo o qual o locutor deve dar "sobre o tema de que fala, as informações mais fortes que possuir, e que sejam suscetíveis de interessar o destinatário". (cf. Ducrot 1977:145). De outro lado, (10) parece estranha porque o falante emite um julgamento, ape-

surte assim o desconhecimento de um dado necessário para a apreciação. Em suma, dizendo (6) o falante faz menos do que poderia fazer; dizendo (10), faz mais do que lhe é possível fazer; atitudes ambas que têm toda a possibilidade de serem, no contexto discursivo, apontadas como inadequadas (para não dizer levianas).

2. Afirmamos na seção precedente que a propriedade de redução da completiva é privativa do achar que convencionamos chamar de achar². Assim, um enunciado com estrutura do tipo descrito - X acha que O é/está Y - pode ser interpretado como um palpite ou uma apreciação (é portanto ambíguo), mas outro da forma X acha O Y terá apenas a leitura de apreciação.

Notemos, porém, a título de curiosidade, que a seqüência X acha O Y exibe uma configuração formal que pode, coincidentemente, ser a de outros empregos do verbo achar, empregos que deixamos de lado no presente trabalho. Seja, por exemplo, o enunciado:

(11) O médico achou o menino pálido.

Trata-se de um enunciado que admite três leituras distintas. Explicitemo-las. Ouvindo-se (11) pode-se, em primeiro lugar, entender que um menino, caracterizado no discurso como pálido, estava perdido e que o médico o encontrou. Neste caso, pálido é a qualidade pela qual é conhecido o menino. Pode-se também entender que um menino estava perdido e que o médico o encontrou pálido. Neste caso, pálido é o estado do menino no momento em que o médico o encontrou (predicativo do objeto, na gramática tradicional). Pode-se finalmente entender que o menino foi examinado pelo médico e que este o considerou pálido. Neste caso, pálido corresponde ao julgamento do médico sobre o estado do menino. É somente nesta última interpretação que (11) pode ser desdobrado em

(11') O médico achou que o menino estava pálido.

enunciado que tem configuração sintática igual à dos enunciados que isolamos para análise, isto é, enunciados com objeto oracional. Nas outras interpretações, achar tem a acepção de encontrar e é um verbo transitivo direto que rege o objeto não oracional.

A esta possibilidade de cruzarem-se numa só configuração sintática vários sentidos de achar deveu-se nosso cuidado inicial em precisar que nosso objeto de análise seriam os enunciados em que "o verbo achar pode reger uma oração completiva iniciada por que" (cf. aqui mesmo p.96). Feito este recorte, pareceu-nos que também neste domínio restrito de análise, o verbo achar oferecia uma duplidade de sentidos, a ser explicitada. Foram então invocadas, para descrição destes sentidos, as pressuposições envolvidas em cada um dos empregos. Paralelamente, mostrou-se que só a um dos sentidos se aplicava a operação de redução da completiva, bastando portanto como traço marcador da oposição. Assim, o enunciado da forma X acha que O é Y que pode ser transformado em X acha O Y, ou inversamente, o enunciado X acha O Y que permite o desdobramento em X acha que O é Y é um enunciado que coloca uma apreciação e não um palpite.

É um fato conhecido, desde Gordon & Lakoff (1971:385-389) que uma regra que elide elementos numa oração pode tornar unívoca a interpretação de um enunciado antes ambíguo quanto à sua força ilocucionária. Estes autores fixaram-se no exemplo:

(i) Why are you painting your house purple?

mostrando que (i) pode ser interpretado como uma pergunta normal ou como uma insinuação de que não se deveria pintar a casa de violeta. Reduzido, porém, a uma seqüência em que uma regra de elisão de you + tense (tempo verbal) se aplicou:

(ii) Why paint your house purple?

a primeira possibilidade de interpretação fica eliminada. Concluíram então que as condições para a aplicação da regra de apagamento destes elementos está na dependência das circunstâncias em que a frase é pronunciada e de uma implicação conversacional.

Poder-se-ia, a partir daí, objetar que a diferença que apontamos não é específica do verbo achar, mas que tem a ver com condições mais gerais (exteriores ao próprio item verbal), a que estão sujeitos quaisquer enunciados suscetíveis de terem formas contraídas. Acreditamos, porém, que se pode mostrar que no caso dos enunciados que estamos ana-

lisando, a redução da completiva é a marca específica de um valor do verbo *achar*.

Uma diferença que ressalta de saída entre os enunciados de Gordon & Lakoff e os nossos é que no caso de (i) - (ii) não há razão para se postular uma relação necessária entre apagamento de pronome + forma progressiva e sentido do verbo *pintar*: qualquer verbo que integrasse a frase (inclusive o *noso achar*) comportar-se-ia da mesma maneira. Admitindo dupla interpretação na forma plena e uma só na reduzida. Já no caso dos nossos exemplos, cremos que se pode defender a hipótese de que a operação de redução da completiva é específica de um sentido do verbo *achar*. Procuraremos fazê-lo, invocando, para contraste, outros verbos parentados a este quanto ao sentido.

Há, em português, verbos não-ambíguos quanto à oposição palpite-apreciação. No sentido de palpite (não no de apreciação) podemos ter: *supor, imaginar, calcular, presumir*.⁴ No sentido de apreciação (não no de palpite) podemos ter: *considerar, reputar, ter na conta de, chamar, qualificar, classificar, definir*. Os primeiros podem ser empregados com elementos apagados na completiva (complementizados e cópula). Ex.:

- (12) Na reunião de amanhã será votada uma proposta que suponho/imagino/cálculo/presumo (que) (seja) contrária aos nossos interesses.

Mas nenhuma diferença marcante de sentido acarreta: o enunciado pleno e o enunciado reduzido dizem a mesma coisa. Já no caso de *achar*, tal não se dá. Como já mostramos, um enunciado como *Acho o carro confortável* é pressuposicionalmente diferente de *Acho que o carro é confortável*, numa de suas leituras (*Acho que o carro deve ser confortável*). Parece-nos assim que esta propriedade sintática, que é a redução da completiva, estaria sendo chamada a cumprir o papel de marca de oposição apenas quando funcionasse com um item lexical que comportasse variação de sentido⁵. Lá onde não existe flutuação de sentido (*supor, imaginar, presumir, etc*) não teria função opositiva, constituindo-se tão somente numa forma alternativa de expressão.

Vejamos agora como se comportam, em relação à forma da subordinada, os outros verbos que incluímos como pertencentes à categoria de apreciação: *considerar, reputar, ter na conta de, qualificar, etc.* Estes, com uma ressalva para o verbo *considerar*, só admitem subordinada reduzida, excluindo a plena⁶. Veja-se nos exemplos abaixo:

- (13) Considero arbitrária a medida/ Considero que a medida é arbitrária.
- (14) A tarefa que repto inatingível deverá ser abandonada.
- (15) A notícia que tenho na conta de mentirosa não deverá ser divulgada.
- (16) Chamei de desviante o enunciado número 3.
- (17) Qualifico/ classifico/ defino sua intervenção como inoportuna.

A conclusão a que se pode chegar neste quadro ampliado por verbos aos quais a distinção suposição-apreciação se aplica é a seguinte.

Verbos que pertencem à categoria suposição admitem tanto a subordinada plena quanto a contraída. *Achar₁*, por sua vez, exclui a subordinada contraída, admitindo apenas a plena. Verbos que pertencem à categoria apreciação só admitem a subordinada contraída. *Achar₂*, por sua vez, admite subordinada contraída, mas não exclui a subordinada plena.

A descoberta desta peculiaridade do verbo *achar* relativamente a outros verbos que lhe são comparáveis pelo sentido, chama a nossa atenção para o fato de que seria inadequado - para quem se coloca na perspectiva de uma análise gerativa transformacional clássica - derivar-se por uma lei transformacional *Acho o carro confortável* de *Acho que o carro é confortável*, a menos que se distinguisse no léxico dois verbos *achar*, um deles somente podendo sofrer a transformação (opcional) de redução da completiva.

3. Para a explicitação dos dois sentidos do verbo *achar* partimos de uma caracterização semântica em termos de posto e pressuposto, mas até agora não se mostrou - a não ser intuitivamente - que o

que se apontou como pressuposto se enquadra na definição deste elemento, feita por Ducrot (1972).

Detenhamo-nos um momento em justificar tal análise, utilizando agora outros exemplos.

Consideremos inicialmente uma situação em que A e B, interlocutores ocasionais de uma reunião social, estejam conversando sobre a viagem que uma outra pessoa (= C) fez recentemente à Europa. A conversa se segue de tal forma que A não fica sabendo de B e B não fica sabendo de A, se eles próprios já estiveram na Europa (dizê-lo explicitamente seria se exibir). Em determinado momento, A pode sem fazer disto o objeto explícito de seu discurso "dizer" que conhece, por exemplo, a França, se resolve fazer uma apreciação que depende exclusivamente do conhecimento direto do país:

(18) A França é um belo país; mas acho o metrô parisiense muito abafado.

A forma como este conhecimento é colocado difere essencialmente das outras duas afirmações ("a França é um belo país" e "o metrô parisiense é muito abafado"), porque ele é implicado pelo julgamento expresso por A de que o metrô de Paris é muito abafado. Estando pressuposto neste julgamento, tem no discurso um caráter de pseudo-evidência, isto é, é dado como se fosse do conhecimento de B, e, por isto, não precisasse ser formulado explicitamente.

Imaginemos agora uma situação em que algumas pessoas estejam conversando sobre alimentos caros e sofisticados, desconhecidos, ou que se supõe desconhecidos, da maioria delas (o clima é de palpite). Em algum ponto da conversação, uma delas (A), diz:

" " que caviar ! (?)

(19) Eu acho caviar muito indigesto.

A impressão que uma frase deste tipo pode causar é fácil de imaginar: os ouvintes concluirão que A esnobou a sua experiência com o prato em questão. O que causa sensação não é propriamente a apreciação feita, isto é, o fato de caviar ser indigesto na opinião de A (= X), mas o dado que está implícito nela, isto é, que A teve uma experiência com caviar (= Y). Se o falante tivesse usado a completa na sua forma inequívoca de palpite:

(20) Eu acho que caviar (deve ser) muito indigesto.

teria menos chance de ser acusado de pedante, pois tal enunciado seria interpretado como conjectura. Neste caso, estaria implícito o desconhecimento do objeto de que se fala (= Y), e explícita a idéia que o sujeito faz dele (= X).

X não é afirmado da mesma maneira que Y. X é enunciado explicitamente, é o posto. Y, o pressuposto, é aquilo que o falante toma como uma evidência, como algo que, mesmo sabendo ignorado dos ouvintes, supõe que eles aceitarão de saída sem contestar. Esta expectativa pode, porém, ser contrariada. Assim, é possível que os ouvintes se recusem a admitir Y, respondendo a (19) com:

(21) Mas você nunca provou caviar!

ou a (20) com:

(22) Mas você já provou caviar! Pode dar a sua opinião!

Tais réplicas, como mostra Ducrot, têm no desenrolar do discurso um estatuto particular: são consideradas respostas polêmicas que questionam a direção que o falante quer dar ao discurso, reclamando outra⁷. Como se pode ver, elas acusam o autor das frases (19) e (20) de, no primeiro caso, apreciar quando não tem condições de fazê-lo, e de, no segundo caso, fazer suposições, quando tem condições de apreciar; acusações das quais este não tem como se esquivar, porque o dado "ter/não ter provado caviar" não é implícito deduzido de (19) e (20) por meio de leis discursivas (e, como tal, atribuível ao ouvinte), mas um implícito contido na significação literal de (19) e (20) (e portanto, de responsabilidade de quem os enunciou)⁸.

Estes fatos não bastam para provar que estamos diante de um fenômeno de pressuposição; há que ver ainda os critérios habituais da negação, interrogação e encadeamento.

Retomando nosso exemplo inicial, observa-se que a negação de (1), tanto na leitura de suposição como na leitura de apreciação, conserva o dado que se apontou como pressuposto, alterando somente a predicação feita ao objeto.

Fazendo as alterações que identificam o tipo de achar, temos:

(23) É falso que eu acho que o carro deve ser caro.

(24) É falso que eu acho o carro caro.

(23) e (24) não têm uma leitura única. Dados os vários escopos da negação, podem ser reconhecidas em (23) três leituras; em (24), apenas duas. Torná-las-emos claras pelo encadeamento do discurso.

(23) (a) É falso que (eu disse) que eu acho que o carro deve ser caro. Eu nunca manifestei opinião nenhuma a este respeito.

(b) É falso que eu acho que o carro deve ser caro. Eu tenho certeza disto.

(c) É falso que eu acho que o carro deve ser caro. Eu imagino até que seja barato...

(24) (a) É falso que eu acho o carro caro. Eu nunca manifestei opinião nenhuma a este respeito.

(c) É falso que eu acho o carro caro; para mim, ele é até barato...

Em a, nega-se uma declaração atribuída ao sujeito da enunciação, seja sob a forma atenuada da suposição (= (23)) ou sob a forma fundamentada da apreciação (= (24)). Em b nega-se o modo de afirmação: trata-se de uma certeza, não de uma conjectura. Em c, nega-se a predicação feita ao objeto. Mas o que nos interessa notar é que em (23) - seja em a, b, ou c - não se nega que "o falante não tem uma experiência com o valor do carro" (conteúdo que apresentamos como pressuposto). Este dado é mantido inalterado. Paralelamente, em (24) - seja em a ou em c - a negação não recai sobre o dado; "o falante sabe o preço do carro"; somente o que se apontou como posto é afetado pela negação. Nessa medida, nossa decomposição de (1) nos constituintes posto e pressuposto (ver p.98) fica confirmada pelo teste da negação.

Passemos agora ao teste da interrogação. Ressalta de imediato que, em se tratando de um enunciado como (1), ele não pode ser utilizado. Não se pede aos outros que nos dêem nosso próprio palpiti ou apreciação (o normal é que se peça aos outros que dêem o seu palpiti ou façam a sua apreciação so-

bre um objeto qualquer). Substituamos, pois, no enunciado (1) eu por você, e transformemo-lo em interrogativo.

(25) Você acha que o carro é caro?

Fazendo as alterações que desfazem o duplo sentido, temos:

(26) Você acha que o carro deve ser caro?

(27) Você acha o carro caro?

É bastante claro que (25) é uma pergunta dirigida a um sujeito que não sabe o preço do carro (pede-se uma conjectura), enquanto que (26) é dirigida a um sujeito que sabe o preço do carro (pede-se um julgamento). Nos dois casos, desconhecimento e conhecimento do valor do carro é pressuposto pelo falante, e não está em questionamento: a pergunta recai sobre a qualidade atribuída ao objeto (posto). Uma paráfrase, ainda que grosseira, poderia servir para ilustrar esta exterioridade de pressuposto em relação ao conteúdo interrogado.

(26') Dado que você não conhece o preço do carro (= PP), para você é possível (imaginar) que o carro seja caro (= P)?

(27') Dado que você sabe o preço do carro (= PP), para você o carro é caro (= P)?

Observemos que há, no português, formas mais correntes do que (25) e (26) de solicitar um palpiti ou uma apreciação. Como você acha que é X? é uma pergunta que se presta mais a ser respondida por achar₁; já O que você acha de X? é uma pergunta que pede resposta com achar₂. Assim,

(28) Como você acha que é o carro?

é adequadamente respondida por:

(29) Acho que o carro é verde.

(30) Acho que o carro deve ser mais econômico do que o modelo anterior.

Já respostas do tipo de:

(31) Acho o carro espaçoso.

(32) Acho o carro confortável.

parecem não corresponder à pergunta (28). Por outro lado, cabem perfeitamente como respostas a:

(33) O que você acha do carro?

pergunta para a qual (29) e (30) são, por sua vez, inadequadas.

Há, nesta seleção de respostas adequadas a (28) e (33), um lado a ser destacado. As respostas que formam par com (28), de um lado, e com (33), de outro, são aquelas que compartilham os mesmos pressupostos da pergunta. Encontramos aqui um fato apontado por Ducrot quando busca precisar a função da pressuposição na atividade da fala, ou seja, a conservação de pressupostos no par pergunta-resposta, (cf. 1972: 99-101). É a partir deste fato e de dois outros (a redundância dos pressupostos no discurso e a sua exterioridade em relação ao encadeamento dos enunciados), que este autor procura interpretar a pressuposição como um ato ilocucionário, ato que obriga o interlocutor a tomar os pressupostos do falante como quadro de sua própria fala.

Resta-nos, agora, para completar os testes formais de identificação de pressuposto, mostrar que o que se apontou atrás como pressuposto de (1), não intervém no encadeamento dos enunciados.

Sejam os enunciados:

- (34) Eu acho que o carro deve ser caro, porque foi destinado a uma faixa da população de alto poder aquisitivo.
- (35) Eu acho o carro caro. Não convém a meus clientes.

Parece evidente que a progressão dos enunciados acima se faz no sentido do posto, isto é, da opinião expressa pelo sujeito da enunciação a respeito do carro.

4. Vimos até aqui enunciados - como (1) - em que a predicação feita a O pode ser interpretada como suposição ou apreciação.

Consideremos agora:

- (36) Eu acho que a mesa é azul.
- (37) Eu acho que a mesa é quadrada.

Os enunciados acima dificilmente podem ter uma leitura apreciativa (seriam provavelmente respostas às perguntas: Qual a cor da mesa? Qual o formato da mesa?). Isto tem a ver com o tipo predicado atribuído a O. Azul e quadrada são indicações objetivas, relativas a propriedades (cor e forma), para as quais não há diferença de opinião possível; enquanto caro implica na consideração de uma escala de valores que é pessoal, admitindo portanto variação de opinião (o que é caro para X pode não ser para Y, e vice-versa).

Pode-se tirar daí uma conclusão a respeito das restrições de coocorrência de achar₂. Este não coocorre com completivas, cujo predicativo do sujeito é um adjetivo que expressa um dado objetivo, mas apenas com aquelas cujo predicativo do sujeito é um adjetivo que comporta um elemento de avaliação, de julgamento.⁹

Vamos considerar agora a ocorrência de achar com completivas copulativas, cujo predicativo é constituído por um sintagma nominal.

A pergunta que se coloca inicialmente é se a distinção palpite/apreciação se mantém nestes casos.

Sejam os enunciados:

- (38) Eu acho que Betty Friedan é uma feminista.
- (39) Eu acho que Betty Friedan é uma mulher como as outras.
- (40) Eu acho que Betty Friedan é uma autêntica líder feminista.
- (41) Eu acho que Betty Friedan é a maior líder feminista da América.
- (42) Eu acho que a luta pela libertação feminina é uma tolice.

O primeiro seria a resposta a uma pergunta como: Quem é Betty Friedan?, que pede uma resposta identificatória. Já (39), (40) e (41) responderiam à pergunta O que você acha de Betty Friedan? e (42), à pergunta O que você acha da luta pela libertação feminina?

(38) é uma frase de palpite, que informa sob o modo implícito - que o sujeito da enunciação

não tem conhecimento suficiente a respeito do objeto para fazer uma afirmação definitiva; faz então uma afirmação atenuada, ou para usarmos a expressão de Benveniste (1966), "uma afirmação mitigada".¹⁰ Por outro lado, (39) - (42) são frases de apreciação: põem uma apreciação do sujeito da enunciação sobre Betty Friedan ou sobre o movimento feminista, deixando implícito que este tem uma experiência com tais objetos. A apreciação contida nestes enunciados decorre da localização do objeto da apreciação numa escala de valores onde se situam outros objetos afins. Esta avaliação é expressa nos enunciados (30) - (42) pelos sintagmas: **como as outras, autêntica e maior da América**, que modificam o núcleo nominal; já em (42) o traço avaliativo está no predicativo do sujeito, que é formado por um nome, morfológicamente derivado de um adjetivo (observe-se - de passagem - que (42) pode ter a mesma estrutura de (39), ou seja: *Eu acho que a luta pela libertação feminina é tola*).

Sendo assim, identificamos como **achar₁** somente o verbo de (38), e como **achar₂**, o de (39) - (42). Isto se confirma quando se verifica que somente as últimas podem sofrer redução da completiva.

(38') *Eu acho Betty Friedan uma feminista.¹¹

(39') Eu acho Betty Friedan uma mulher como as outras.

(40') Eu acho Betty Friedan uma autêntica líder feminista.

(41') Eu acho Betty Friedan a maior líder feminista da América.

(42') Eu acho a luta pela feminista uma tolice.

Como critério paralelo, veja-se que (38) se traduz com **croire**, em francês, enquanto os demais se traduzem com **trouver**. Usando-se agora um critério de tradução intra-língua, veja-se que em (38), **achar** substitui-se por **supor**, mas não por **considerar**, e que de (39) a (42) **achar** substitui-se por **considerar**, mas não por **supor**.

O que vimos em relação a estes exemplos leva-nos para a mesma conclusão a que chegamos em relação a (36) e (37): **achar₂** exige um traço avaliativo

no predicativo do sujeito, seja este expresso por um adjetivo do tipo de **caro**, seja por um núcleo substantivo modificado.

Como parte das restrições de ocorrência de **achar₂** convém mencionar ainda um fato relacionado com uma classe de verbos que, em outra parte, analisamos como sendo verbos de apreciação implícita (cf. Figueira, 1974, "Verbos introdutores de pressupostos", mimeografado). Trata-se dos verbos: **ousar, atrever-se, aventurar-se e dignar-se**.

Consideremos os enunciados:

(43) O jornalista ousou publicar a notícia.

(44) Os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.

(45) O médico se aventurou a fazer nova operação.

(46) O reitor se dignou receber os alunos.

Os enunciados acima, ao mesmo tempo que informam que alguém é responsável pelo ato de:

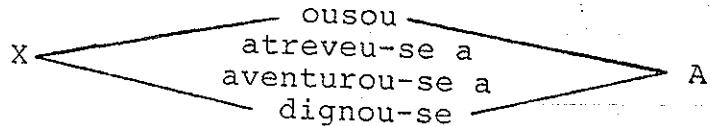
- a) publicar a notícia.
- b) paralisar as aulas.
- c) fazer nova operação.
- d) receber os alunos.

veiculam uma apreciação do sujeito da enunciação sobre estes atos:

- a') publicar a notícia é uma ousadia.
- b') paralisar as aulas é um atrevimento.
- c') fazer nova operação é uma aventura.
- d') receber os alunos é uma concessão.

Há, portanto, dois dados: atribuição de responsabilidade por um ato e apreciação do ato. Eles não têm o mesmo estatuto no enunciado: a negação e a interrogação alteram somente o primeiro, mantendo o segundo (deixamos o leitor verificar-lo por si mesmo). Isto nos permite concluir que os verbos **ousar, atrever-se, aventurar-se e dignar-se**, quando presentes em enunciados como os acima, pressupõem uma apreciação subjetiva, em relação a um fato do qual afirma-se explicitamente (isto é, através do posto) que alguém é responsável.

Chamando-se ao ato de A, e ao responsável por A de X, pode-se colocar a análise sob o esquema abaixo¹²:



PP: A é um (a) ousadia/atrevidimento/aventura/concessão.
 P: X fez A.

A apreciação é, nestes casos, um dado implícito.

Consideremos agora o enunciado:

(47) O médico se aventurou ao fazer nova operação.

Este enunciado contém os mesmos dados que (45), só que os constituintes estão invertidos. Aplicando-se a negação e a interrogação, verificar-se-á que o dado atingido por estas transformações é o de que fazer a operação é uma aventura, enquanto se mantém inalterado que o médico fez a operação. Pode-se assim, propor para (47) a seguinte descrição:

PP: X fez A

P: A é uma aventura.

A apreciação é, aqui, um dado explícito.

A explicitação deste dado é consequência da implicitação de outro (a ação de X), e isto foi obtido, no enunciado (47), pela definitização da expressão "fazer nova operação". Os demais enunciados (e também (45)), podem ter a sua descrição invertida se se utiliza como recurso a nominalização da expressão referente a "X fez A". Como se sabe, a nominalização é um procedimento corrente para a introdução de pressupostos no discurso.

(48) A publicação da notícia pelo jornalista foi uma ousadia.

(49) A paralisação das aulas pelos estudantes foi um atrevimento.

(50) A realização de nova operação (pelo médico) foi uma aventura.

(51) O recebimento dos alunos pelo reitor foi uma concessão.

Verifica-se assim que os enunciados (43)-(46) têm uma contraparte de explicitação da apreciação.

Visto isto, consideremos a possibilidade destes enunciados coocorrerem com o verbo *achar*.

- (52) Eu acho que o jornalista ousou publicar a notícia.
- (53) Eu acho que os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.
- (54) Eu acho que o médico se aventurou a fazer nova operação.
- (55) Eu acho que o reitor se dignou a receber os alunos.

Só há - parece-nos - possibilidade de interpretá-los como prefixados por *achar*₁. Com efeito, (52) - (55) exprimem suposições sobre acontecimentos, cuja representação é previamente julgada como ousadia, atrevimento, aventura ou concessão. É interessante destacar que o efeito da prefixação de *eu acho* a (43) - (46) só recai sobre a expressão do fato (que passa a ser apresentado com as reservas próprias da modalidade do possível), não sobre o julgamento do fato (este permanece inalterado). Temos aqui um caso de conservação da pressuposição da sentença complemento para a sentença principal, fenômeno já referido por Karttunen como predicado que deixa vazar pressuposições (ing. "hole")¹³.

Para que (43) - (46) pudessem ser tomadas como complemento de *achar*₂, seria necessário que o conteúdo avaliativo fosse explicitado por algum meio sintático, como em (47) e (48) - (51).

- (56) Eu acho (que) a publicação da notícia pelo jornalista (foi) uma ousadia.
- (57) Eu acho (que) a paralisação das aulas pelos estudantes (foi) um atrevimento.
- (58) a) Eu acho (que) a realização de nova operação (foi) uma aventura.
 b) Eu acho que o médico se aventurou ao fazer nova operação.
- (59) Eu acho (que) o recebimento dos alunos pelo reitor (foi) uma concessão.

Chega-se assim à conclusão de que, quando *achar*₂ rege completiva que veicula dois conteúdos, sendo um apreciação sobre um fato, este deve ser posto e não simplesmente pressuposto. Trata-se de mais uma restrição de combinação deste verbo.

5. Até aqui procuramos apresentar evidências semânticas e sintáticas para a existência de dois empregos do verbo *achar*. Gostaríamos agora de, sob um número maior de enunciados: a) exercitar os critérios que definimos como típicos de cada valor de *achar*; b) jogar mais luz sobre as condições de emprego de *achar*₁ e *achar*₂, de forma a tornar mais precisa a formulação do pressuposto (não *ter/ter* experiência com 0).

Sendo assim, consideremos os enunciados abaixo:

- A- (60) Eu acho que o livro é caro.
(61) Eu acho que o filme é bom.
(62) Eu acho que a lista de convidados é grande.
(63) Eu acho que o espetáculo é curto.
(64) Eu acho que o quarto está sujo.
(65) Eu acho que o hotel é confortável.
(66) Eu acho que Gil Vicente é um autor do período medieval.
(67) Eu acho que a estória é imoral.

Dizendo (60)-(67), o falante pode estar arriscando um palpate ou fazendo um julgamento. Contextualizando:

- B- (60) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu acho que o livro é caro, pois se trata de um livro importado.
b) Eu me informei do preço do livro, e eu acho que o livro é caro.
(61) a) Eu não vi o filme, mas eu acho que o filme é bom, porque a fila do cinema tem dobrado quarteirões.
b) Eu vi o filme, e acho que o filme é bom.
(62) a) Eu não vi a lista de convidados, mas eu acho que a lista é grande, pois os noivos conhecem muita gente.
b) Eu vi a lista de convidados, e acho que a lista é grande para o pouco espaço que há para a festa.

- (63) a) Eu não sei qual a duração do espetáculo, mas eu acho que o espetáculo é curto, porque, do contrário, não seria indicado para crianças.
b) Eu marquei o tempo do espetáculo, e acho que o espetáculo é curto.
(64) a) Eu não vi o quarto, mas eu acho que o quarto está sujo, porque Pedrinho jamais se preocupa em limpá-lo.
b) Eu examinei o quarto, e acho que o quarto está sujo.
(65) a) Eu não conheço o hotel, mas eu acho que o hotel é confortável, porque Pedro, que é um sujeito exigente, se hospeda lá.
b) Eu conheço o hotel, e acho que o hotel é confortável.
(66) a) A: Cite o nome de um autor português do período medieval.
B: Eu não me lembro, mas eu acho que Gil Vicente é um autor do período medieval.
b) A: Toda a obra de Gil Vicente é acho que Gil Vicente é um autor do período medieval, pois embora vivesse no início do Renascimento, situa-se ideologicamente dentro da cultura medieval.¹⁴
(67) a) Não conheço a estória, mas eu acho que é imoral porque foi proibida pela Censura Federal.
b) Conheço a estória e acho que é imoral.

Basta, entretanto, que se substitua o verbo da completiva por deve ser/deve estar (no sentido de possibilidade de "deve") para a leitura de julgamento ser excluída e que se apague complementizador e cópula para a leitura de palpate ser excluída. Mesmo sem entrar nos detalhes desta demonstração não será difícil perceber que a primeira alteração dá por resultado enunciados que são adequados no interior das frases a de B, mas não nas frases b de B, enquanto a segunda alteração dá por resultado enunciados que são adequados às frases b de B, mas não às frases a de B.¹⁵ Se isto for verdade, então os traços sintáticos se excluem mutuamente. Presentes num enunciado, eles veiculam uma pressuposição de natureza distinta, o que faz com que haja uma seleção dos contextos adequados a cada tipo

distinto de opinião que univocamente expressam. Visando agora uma esquematização, diremos que todos os enunciados da forma *X acha que O é Y* (seja Y um adjetivo ou um sintagma nominal) cabíveis em a (ou: que admitem substituição da cópula simples pela cópula modalizada) dão a entender que *X não teve ou não se lembra de ter tido uma experiência com O*, enquanto que os enunciados da forma *X acha que O é Y que cabem em b*, (ou: que admitem redução da completiva) dão a entender que *X teve uma experiência com O*.

Esta experiência, explicitada em nossos exemplos, é o que *X* sabe de *O* em relação à propriedade expressa em *Y*, ou seja: seu preço, valor, tamanho, duração, estado de limpeza, condições de conforto, lugar na história da literatura portuguesa, fundo moral. Em a, dado que *X* não teve uma experiência com *O* ou não se lembra de ter tido uma experiência com *O*, estes enunciados põem que a predicação contida na completiva é aquilo que *X* acha provável; em b, dado que *X* teve uma experiência com *O*, estes enunciados põem que a predicação contida na completiva é aquilo que, na opinião de *X*, o objeto é.

Sendo assim, propomos para os enunciados:

X acha que O é Y

duas descrições:

1a) PP: *X* não teve ou não se lembra de ter tido experiência com a propriedade de *O* expressa em *Y*.

P: Para *X*, é provável que *O* seja *Y*. PP: *X* não quer se comprometer

2a) PP: *X* teve experiência com a propriedade de *O* expressa em *Y*.

P: Para *X*, *O* é *Y*. PP: *X* se considera apto a dizer *Y*.

Dentro dos limites de análise acima, podemos dizer que a apreciação é fundamentada naquilo que o sujeito sabe do objeto, em relação à qualidade que lhe é predicada; enquanto o palpite é fundamentado num dado qualquer que não decorre da experiência com o objeto.

Poderíamos nos perguntar agora: qual o dado sobre o qual se fundamenta o palpite?

De acordo com B a, são evidências indiretas, ou, como mostraremos na II parte, índices que o falante considera insuficientes para comprometê-lo com a verdade daquilo que diz. Compreendem:

a) sinais exteriores da qualidade do objeto.
Ex: "fila longa" para "filme bom".

b) traços do objeto (ou associados ao objeto) que implicam - para o sujeito do palpite - na atribuição da qualidade *Y*. Ex:

- "livro importado" implica em "livro caro";
- "espetáculo para criança" implica em "espetáculo curto";
- "lista pertencente a pessoas que conhecem muita gente" implica em "lista grande";
- "quarto pertencente a Pedrinho, criança desleixada" implica em "quarto sujo";
- "hotel freqüentado por Pedro, sujeito exigente" implica em "hotel confortável";
- "estória proibida pela Censura Federal" implica em "estória imoral".¹⁶

Pode acontecer também que não se saiba ou não se possa explicitar o fundamento do palpite. É o caso do enunciado abaixo:

(68) Eu acho que os marcianos são altos.

Se alguém perguntar ao responsável pela frase acima:

(69) Por que você acha que os marcianos são altos?
poderá receber uma resposta do tipo:

(70) Porque eu acho.

que não é uma verdadeira resposta, porque se limita a responder (69) com o pressuposto desta pergunta.

A este respeito, Ducrot (1968:50) afirma que um enunciado que se contenta em pôr o pressuposto da pergunta a que corresponde, não é uma verdadeira resposta, mas uma resposta que se recusa dar ao interlocutor. No caso específico de (70), entretanto, não se trataria de "má vontade de responder", mas de impossibilidade de se dar a conhecer a razão por que se concebe os marcianos como seres de estatura elevada, por desconhecimento. Nestas circunstâncias são bem apropriadas as expressões: trata-se de mero palpite ou pura intuição minha. Encon-

...ramos sim, esta atitude de recusa, quando o falante, podendo determinar o fundamento de seu palpíte (por ex.: nos enunciados B a) se negasse a dá-lo, com a mesma resposta: porque eu acho.

Dissemos que a apreciação pressupõe uma experiência de X com O. Especifiquemos agora de que ordem pode ser esta experiência.

Embora muitas vezes esta experiência deva ser com o objeto em si (Eu acho o metrô parisiense muito abafado; Eu acho caviar indigesto; Eu acho o quarto sujo; etc.), não se deve entender que ela de dependa sempre do conhecimento direto, de uma experiência sensível com o objeto.

Note-se que: Eu acho a sala espaçosa pode ser dito por alguém que apenas viu a planta da sala. Eu acho este aluno inteligente pode ser dito por alguém que não conhece o aluno, e que apenas viu as provas que ele fez. Eu acho a igreja grande não pressupõe necessariamente que o autor da frase conheça materialmente a igreja; é suficiente, por exemplo, que ele saiba que a capacidade da igreja é da ordem de 15.000 pessoas. Nestes casos, a expressão "eu acho" introduz uma apreciação pessoal, baseada numa experiência que se pode dizer indireta. A situação é, entretanto, diferente daquela que facilita o emprego de achar. Nos exemplos B a, a opinião de X se fundamente em dados relacionados com o objeto, mas diferentes dele. Nos exemplos acima, os dados em que se baseia a opinião de X não são radicalmente diferentes do objeto; trata-se de signos do próprio objeto: a planta, as provas e o total de pessoas que cabem na igreja são representações imediatas do espaço, inteligência e tamanho dos objetos em questão.

Outra observação a ser feita diz respeito aos recursos que utilizamos para contextualizar os enunciados A: trabalhamos propositalmente com enunciados simplificados, agrupados em pares, de maneira que as duas seqüências se distinguissem apenas por um ponto bem determinado e tão limitado quanto possível. Ignoramos, neste nível, enunciados mais complexos em que se tivesse superposição de duas opiniões: de X e X' (ver a este respeito nota 3). Tal procedimento, meramente didático, não deve dar a impressão de que toda negativa que preceda

achar deva introduzir um palpíte ou que toda afirmação de conhecimento que preceda este verbo deve introduzir uma apreciação. Se fosse assim, os enunciados que se seguem seriam contra-exemplos para a análise:

- (71) Eu não conheço Geografia, mas acho Geografia inútil, porque meu primo que estuda esta matéria não sabe o que fazer com ela.
- (72) Eu nunca estudei Matemática, mas eu acho Matemática difícil, porque vejo estudantes sofrendo com ela.
- (73) Acabo de conhecer o chefe, e acho que ele deve ser nervoso.

Em (71) e (72) temos uma afirmação de desconhecimento a que se segue uma apreciação, pois se tem a forma contrária da completiva. Cabe então explicar em que se fundamenta a apreciação, dado que X afirma não conhecer O. Tudo se esclarece se observarmos que, apesar de afirmar o contrário, o falante não deixa de ter uma experiência com as disciplinas: a que ele vê materializada na inaplicabilidade dos estudos de Geografia do primo e no sofrimento dos estudantes de Matemática.

Quanto à (73), se fôssemos julgar pela afirmação de conhecimento, seria de se esperar uma apreciação; no entanto, a presença da locução "deve ser" indica um palpíte. Neste caso, deve-se entender que, apesar de ter conhecido o chefe, este contato não foi suficiente para determinar uma apreciação. Confronte-se (73) com o enunciado abaixo, mais difícil de ser aceito:

- (74) Conheço profundamente o chefe, e acho que ele deve ser nervoso.

Considerem-se agora as seqüências:

- (75) Eu vi a lista de convidados e acho que a lista deve ser grande para o espaço de que dispomos.
- (76) Eu sei o preço do carro, mas não sei dizer se é caro ou barato, porque eu não estou a par do preço de outros carros. Mas eu imagino que seja caro (= acho que deve ser caro).
- (77) Eu ouvi as recomendações do chefe, mas não sei dizer se são justas ou arbitrárias, porque nunca fui empregado e não sei quais as exigências que um chefe pode fazer.

(75), (76) e (77) exemplificam situações em que falta algo para configurar-se um julgamento. (75) mostra que o sujeito sabe qual é a extensão da lista, mas não fez o confronto do número de convidados com o espaço disponível, situação que o impede de fazer um julgamento definitivo. As seqüências (76) e (77), que se pode facilmente imaginar como resposta a uma solicitação de apreciação: O que você acha de...? se desenvolvem no sentido de justificar a ausência de *achar*₂. Tal como (75), elas deixam entender que o falante possui uma condição que é necessária para a apreciação, mas que não é suficiente.

Estes fatos sugerem que, conhecido o ângulo sob o qual o objeto vai ser avaliado, o falante não julga no vazio; ele julga relativamente a uma norma ou ponto de referência. O que é caro ou grande é caro ou grande em relação a alguma coisa (fato já mencionado na página 110).

Assim, concluímos que, além de pressupor uma experiência com o objeto, a apreciação pressupõe também um conhecimento da norma, padrão ou ponto de referência em relação ao qual o objeto é avaliado. Isso nos faria alterar a descrição de *achar*₂ proposta na página 116 para:

PP: X teve experiência com a propriedade de O expressa em Y.

→ PP: X sabe situar O na escala avaliativa relativa à propriedade expressa por Y.

P: Para X, O é Y.

Notemos que situar o objeto numa escala de valores implica, seja na comparação do objeto com outros objetos da mesma natureza (como em (76) e (77)), seja na comparação do objeto com outro(s) de natureza diferente, relevante(s) para o julgamento (como em (75), em que se confronta número de convidados e espaço).

* * *

II

1. Esperamos que ao longo destas páginas tenhamos conseguido, senão convencer, ao menos simpatizar o leitor com a distinção entre os verbos *achar*₁ e *achar*₂.

Esta esperança apóia-se sobretudo na regularidade dos fenômenos distribucionais que apresentamos e que nos permitiram, apontada a diferença de uso, caracterizar *achar*₁ como verbo de palpitar, e *achar*₂ como verbo de apreciação.

Gostaríamos, entretanto, nesta última parte do trabalho, de discutir um pouco mais essa distinção, procurando interpretá-la, de maneira mais ampla, dentro da teoria dos atos de linguagem.

Como mostramos na seção I.4., o verbo *achar*₂ só ocorre com completivas que possam, quando analisadas individualmente, expressar um julgamento; o verbo *achar*₁, por sua vez, pode tomar por completaiva, seja uma sentença que expressa um julgamento, seja uma sentença que expressa um fato, ou uma representação de um fato.¹⁷ Em outras palavras, o objeto da enunciação de *achar*₁ e de *achar*₂ não se confunde jamais, ao menos nos enunciados em que é possível distinguir claramente o fato, da apreciação que sobre ele se faz. Por isso, ainda nessa seção, procuramos mostrar que, mesmo nos casos em que *achar*₂ introduz uma completiva que expressa um fato, este deve ser, entretanto, pressuposto.

Na maior parte dos casos por nós analisados, os critérios distribucionais parecem ser impositivos da distinção entre os dois usos. Mas, o que ocorre quando a completiva introduzida por *achar* difficilmente permite a contraposição fato-julgamento que, até então, parecia decisiva?

Foi este tipo de indagação que nos levou a considerar enunciados como

(78) Eu acho que o carro é confortável,

isto é, enunciados do tipo Eu acho que P (em que P é igual a O (substantivo) é Y (adjetivo)), e nos quais fica difícil decidir se P é a enunciação de um fato ou de um julgamento.

Assim, recorremos ao critério da contracção da completiva, tentando fazer ver que a própria língua, mais uma vez, recorta, do ponto de vista

sintático, a diferença de sentido entre achar₁ e achar₂. Mas, mesmo este recorte sintático não deve ser entendido de modo absoluto, porque se ele permite constatar a diferença, não permite, contudo, explicá-la. Na verdade, a ocorrência de achar₂ não é restrita a completivas contraídas. Pelo contrário, é a ocorrência de completivas contraídas que é restrita à ocorrência de achar₂. Em outras palavras, a presença da contração é suficiente para a ocorrência de achar₂ mas não necessária, já que o verbo achar pode, nesta acepção, ser empregado com completivas não contraídas. Simetricamente, no que diz respeito a achar₁, basta haver contração para que ele não possa ocorrer, mas também não é necessário que haja para que ele não ocorra.

Fica, pois, difícil formular, em termos puramente distribucionais, uma condição suficiente e necessária para o emprego do verbo achar em português, nos dois sentidos aqui indicados.

Parece, aliás, ser esta mesma impossibilidade que leva Ducrot (1975: 5 segs.), a formular as condições de emprego do verbo trouver, em francês, em termos pragmáticos mais amplos, afirmando assim que a sua ocorrência, quando usado como equivalente ao nosso achar₂, depende basicamente da atitude que o locutor toma diante da proposição P, isto é, diante da proposição expressa pelo enunciado que vem introduzido por trouver em esquemas do tipo Je trouve que P. Como Je trouve é a marca de uma apreciação fundada num julgamento pessoal do falante, realizado a partir de sua própria experiência com o objeto da apreciação, esta experiência deve ser pressuposta, suposta ou pelo menos subentendida, mas, em nenhuma hipótese, constituir ela mesma o objeto explícito da enunciação ou, em outros termos, o conteúdo posto do enunciado. Dizendo Je trouve que P, o falante se representa para o interlocutor como tendo tido uma experiência pessoal com o que é objeto de sua opinião e enuncia esta opinião sobre este objeto, de tal modo que, se a estrutura semântica do enunciado não comportar a possibilidade da distinção fato-apreciação do fato, mesmo que de forma muito indireta, fica descartado, nestes casos, o emprego do verbo trouver em francês.

Entretanto, o enunciado

(79) Je trouve qu'il va pleuvoir demain, que em francês é no mínimo estranho, constitui, no mais das vezes, a tradução do enunciado

(80) Eu acho que amanhã vai chover, automaticamente feita pelo falante do português quando se propõe a expressar-se naquela língua. É que, certamente motivado pela identidade de forma e pelo duplo emprego de achar na sua língua materna, ele o estende, por analogia, ao francês que, ao contrário, restringe o uso de trouver apenas aos casos que no português ocorre achar₂.

Da mesma maneira que (80), os enunciados

- (81) Eu acho que ele se chama João.
(82) Eu acho que o nome dele é João.
(83) Eu acho que João foi ao cinema.
(84) Eu acho que o filme já começou.

} palpíte = adivinhe

só admitem a interpretação achar₁, a que chamamos palpíte, e se vertidos para o francês excluem todos a possibilidade de trouver.

Poder-se-ia, assim, generalizar dizendo que achar₂ só ocorre em estruturas que permitem expressar uma apreciação sobre um objeto, fato ou acontecimento, e jamais naquelas em que o conteúdo principal do enunciado (o posto) é a descrição deste objeto, fato ou acontecimento. O que leva à constatação de que, nas estruturas lingüísticas do tipo Eu acho que P, a interpretação achar₂ depende, em primeira instância, da própria estrutura da completiva P, excluindo-se essa interpretação sempre que P não for uma proposição de tipo atributivo. Nos casos em que for é que achar será ambíguo, reservando-se para a interpretação achar₂ a possibilidade de contração da completiva. Mas mesmo esta generalização distribucional que, à primeira vista parece impositiva, na verdade não o é. A impossibilidade, considerada por Ducrot (1975: 80-85) de se encontrar uma situação que em francês permita dizer:

(85) Je trouve que cette voiture est un Citroën. e, por outro lado, a verificação da mesma impossibilidade em português, isto é, a de interpretar o enunciado Eu acho que este carro é um Citroën como uma apreciação pessoal do falante relativamente ao

objeto considerado, mostra o quanto os critérios distribucionais, embora índices importantes da distinção, são pouco decisivos para a sua explicação.

É isto que leva Ducrot (1975: 81), a afirmar que o fato distintivo do emprego de *trouver* em francês não deve ser procurado na estrutura da completaiva, mas na atitude que diante dela toma o falante. Propõe, então, que se distinguam nas línguas naturais dois tipos de predicação: uma predicação original e uma predicação segunda. No primeiro caso, não se trata, nas proposições do tipo O (= substantivo) é Y (adjetivo), nem de dizer que Y se encontra no objeto O, como propriedade que lhe é inerente, nem de dizer que O pertence ao conjunto associado a Y. Em outras palavras, um ato de predicação original é, ao contrário da predicação segunda, um ato que não supõe uma classificação prévia do objeto de que se fala e do qual se pretende informar o ouvinte. Ao dizer Eu acho que O é Y, o falante não se refere a esta classificação para dizer alguma coisa do objeto considerado: ele o classifica no momento em que o enunciado é dito, isto é, simultaneamente ao próprio ato de predigar.

Não é difícil entender, seguindo esta linha de reflexão, que Ducrot proponha considerar o verbo *trouver* em francês como um performativo de predicação original e que o nosso verbo *achar*₂ responderia inteiramente a esta caracterização. Isto explicaria, entre outras coisas, não só a impossibilidade de ocorrência de *achar*₂ em enunciados do tipo Eu acho que amanhã vai chover, mas também a própria possibilidade da contração da completaiva nos enunciados em que tal ocorrência se desse.

Para tentar esclarecer o que acaba de ser afirmado diremos o seguinte:

A distinção *achar*₁/*achar*₂ em português depende totalmente das intenções do falante ao realizar o ato da fala introduzido por eu acho. Haveria, é certo, para cada interpretação não só condições de felicidade mais gerais (ter ou não ter tido experiência pessoal do fato relatado, por exemplo), mas também, parafraseando Austin, condições lingüísticas de felicidade (a enunciação pura e simples de um fato exclui *achar*₂; a contração da completaiva exclui *achar*₁).

De qualquer maneira, a noção de intenção é, neste caso, fundamental. Ela não tem aqui, como também não o tem em toda tradição da filosofia analítica, nenhum suporte psicológico. Isto é, quem diz eu acho, no sentido de *achar*₁ ou no sentido de *achar*₂ pretende, independentemente das condições reais que propiciam o seu julgamento, ressalvadas as condições lingüísticas de felicidade, apresentar-se (diríamos mais adequadamente representar-se, no sentido teatral do termo) investido de imagens (máscaras) totalmente distintas para o interlocutor.

2. A noção de intenção tem, como se sabe, um papel fundamental em todas as análises semânticas desenvolvidas sob a influência teórica da filosofia da linguagem comum. Austin (1962:115-116) inclui entre as condições para que um ato ilocucionário se realize efetivamente a do *uptake*. Ora, o *uptake* nada mais é do que o reconhecimento e a compreensão, por parte do destinatário de uma enunciação, da força ilocucionária com que o destinador produziu o seu enunciado. Trata-se, portanto, do reconhecimento das intenções do falante ao dizer o que diz, e das possibilidades que tem o ouvinte de tomar, orientado por essas intenções, as atitudes e comportamentos que o falante espera lhe impor. Da mesma forma, em Strawson (1971) - que, aliás, procura articular de maneira sistemática esse aspecto da teoria austiniana concernente ao *uptake* com as análises intencionais de Grice (1969, 1971, 1971a) - a noção de intenção tem também este papel constitutivo na atribuição da força ilocucionária de um enunciado.

A importância desta noção para a análise semântica conhece-se, entretanto, de uma história mais antiga, que remonta à idade média e tem, por exemplo, no século XVII, na Lógica de Port-Royal, de Arnauld e Nicole (1965, II, Cap. V-VIII) um momento de grande explicitação. Ao distinguir as proposições compostas das proposições complexas, os autores estabelecem no interior destas uma outra diferença, conforme a complexidade incida sobre a matéria da proposição (o sujeito, o atributo, ou ambos, ao mesmo tempo), ou sobre a sua forma (sobre a proposição como um todo, isto é, sobre a modalidade de sua enunciação). A complexidade de uma proposição é

7 redação
1) intenções de maneira compreensiva
2) intenções de demonstrar conexão

expressa, ela mesma, por uma outra proposição, cujo sentido permanece, no entanto, marginal ao da proposição que ela modifica. Por isso, é chamada, na Lógica de Port-Royal, proposição acessória (incidente). Entre as proposições acessórias estão aquelas introduzidas pelo pronome relativo *que*, cujo valor restritivo ou explicativo depende, como diz a Lógica (p.123), mais do sentido e da intenção daquele que fala do que da simples expressão.

Ao tratar, no cap. VIII, das proposições complexas quanto à forma, isto é, quanto à afirmação ou à negação expressas pelo verbo, Arnauld e Nicole analisam enunciados do tipo de *Todos os filósofos asseguram que as coisas pesadas caem por si mesmas*. Nestes enunciados, a primeira oração - *Todos os filósofos asseguram* - é tida como acessória, pois o seu papel é apoiar a afirmação *As coisas pesadas caem por si mesmas*, sem acrescentar nada a seu conteúdo (ao sujeito ou ao atributo). Esta afirmação que, como ocorre freqüentemente, já vem expressa pelo verbo é, torna-se ainda mais explícita através da proposição acessória.

Este enunciado, porém, é ambíguo. Esta ambigüidade, como é observado na Lógica (p.129), só se desfaz quando se levam em conta as intenções de quem o enuncia. Assim, se minha intenção for mostrar que as coisas pesadas caem por si mesmas, a primeira proposição será acessória; se, ao contrário, minha intenção for simplesmente relatar a opinião dos filósofos sobre as coisas pesadas sem comprometer-me com a verdade desta opinião, então a primeira proposição será a principal e a segunda será, de fato, subordinada. Neste caso, o objeto de minha afirmação é a opinião dos filósofos e não o conteúdo desta opinião, como acontece na interpretação anterior.

As consequências teóricas desta dupla possibilidade de interpretação de que nos fala a Lógica de Port-Royal são no mínimo reveladoras da importância que já aí se atribuía àquilo que modernamente, no estudo das significações de um enunciado, é reservado ao domínio da pragmática. Com efeito, se os enunciados do tipo *Todos os filósofos nos asseguram que a terra é redonda* admitem dupla interpretação lingüística, é preciso admitir que sob a

aparência de uma relação sintática de subordinação entre duas proposições está contida, numa das interpretações possíveis, uma estrutura semântica que nega esta relação e apresenta a proposição sintaticamente subordinada - *A terra é redonda* - como proposição principal. Como o fator decisivo para a escolha da interpretação destes enunciados é a intenção do falante, e como, numa das interpretações, é negado aquilo que é sintaticamente mais visível no enunciado - o elo de subordinação entre as duas proposições que o constituem -, é possível dizer, neste caso, que o que se altera é a própria sintaxe do enunciado, em função dos fatores pragmáticos que orientam a sua leitura.

Ora, se se admitir isto, poderemos também admitir que não é descabido falar, como acima fizemos (p.124), em condições lingüísticas de felicidade e, assim, dizer que muitas vezes aquilo que chamamos de situação de uso é algo interno do próprio enunciado lingüístico. Isto é, o enunciado cria, desde o seu interior, as condições de seu próprio uso. Numa linguagem menos ontogênica diríamos que ele se representa, no ato mesmo de sua produção, as situações de sua própria aceitabilidade.

Além disso, se o recorte sintático e a interpretação semântica dependem das intenções do falante, é que o lugar teórico do componente pragmático na análise lingüística não é nem antes, nem depois dos componentes sintático e semântico, mas entre eles. Numa teoria geral da linguagem, concebida como fenômeno tipicamente humano e social, o domínio da pragmática não só integra a chamada teoria lingüística, como também é seu integrador.

Por último, nessa linha um pouco abusada de extrapolações ao texto da Lógica de Port-Royal, vale a pena notar que as diferenças sintáticas e semânticas de fundamento pragmático aí consideradas remetem para uma questão teórica, não menos complexa que as anteriores, que diz respeito à constituição de uma sintaxe do discurso ou, como a chamamos em outros trabalhos, de uma semântica argumentativa (Vogty, 1977), ou ainda de uma macrossintaxe das línguas naturais (Vogt, 1980). Entendendo que o sentido de um enunciado não se esgota na proposição que ele expressa, isto é, no estado de coisas que des-

creve, mas que é também constituído pelas direções que a partir dele se estabelecem no discurso, e que o transbordam incessantemente para o texto, ainda aqui este capítulo VIII da Lógica é revelador:

"Mais il est souvent aisé de juger par la suite, auquel de ces deux sens on la prend. Car, par exemple, si après avoir fait cette proposition (Tous les philosophes nous assurent que les choses pesantes tombent d'elles-mêmes en bas) j'ajouteois: Or les pierres sont pesantes; donc elles tombent en bas d'elles-mêmes, il seroit visible que je l'aurois prise au premier sens, & que la première partie ne seroit qu'incidente. Mais si au contraire je concluois ainsi; Or cela est une erreur & par consequent il se peut faire qu'une erreur soit enseignée par tous les philosophes, il seroit manifeste que je l'aurois prise dans le second sens, c'est-à-dire que la première partie seroit la proposition principale, & que la seconde seroit partie seulement de l'attribut", (p. 129-130).

Em outras palavras, o modo pelo qual este enunciado se relaciona com o contexto pragmático de sua enunciação determina a sua estrutura semântica, a sua estrutura sintática e as suas combinações possíveis com outros enunciados no discurso, isto é, a sua estrutura macrossintática ou lógico-argumentativa.

3. A.H.Gardiner (1969) no livro *The Theory of Speech and Language*, cuja primeira edição é de 1932, numa clara antecipação à teoria dos atos de fala, distingue (p.22 e segs.) dois aspectos constitutivos do sentido de qualquer enunciado lingüístico: "a coisa significada" (*thing-meant*) pelo enunciado, e a sua "qualidade oracional" (*sentence-quality*). A "coisa significada" pelo enunciado é o estatuto de coisas que ele descreve ou representa, isto é, o seu conteúdo proposicional; a "qualidade oracional" é o aspecto do sentido de um enunciado através do qual se estabelece a relação de comunicação entre o falante e o ouvinte, necessária para que um grupo de palavras seja de fato um enunciado. É o aspecto que permite ao falante chamar a atenção do ouvinte para o que lhe é dito, para o estado de coisas que é o conteúdo proposicional do enunciado, que deixa, assim, de ser algo abstrato, para se

constituir num fato efetivo de comunicação. Em outras palavras, se o ouvinte não reconhecer no enunciado a intenção geral do falante de comunicar o que é comunicado, não haverá comunicação verdadeiramente. É preciso que ele comprehenda que o falante se dirige a ele para que possa comprehender o que lhe é dirigido.

Entretanto, como diz Gardiner (1969:185-186), "não basta ao destinatário reconhecer que o falante tem a intenção geral de comunicar; ele quer saber mais detalhadamente como se especifica esta intenção, de modo a conformar-lhe mais adequadamente sua atitude receptiva. Da mesma forma, do ponto de vista do falante, é desejável que o destinatário possa conhecer precisamente a sua (do falante) finalidade ou intenção". Define-se, assim, o que Gardiner chama "qualidade oracional específica" (*special sentence-quality*) de um enunciado. Como ela varia, segundo as intenções do locutor de produzir uma afirmação, uma ordem, uma promessa, uma pergunta, etc., percebe-se imediatamente a importância desta distinção, sobretudo quando se considera a multiplicidade dos modos de enunciação própria de uma língua natural. O fato social da comunicação garante, pois, a sua convencionalidade lingüística específica através da relação pragmática particular estabelecida entre o falante e o ouvinte no e pelo enunciado, de maneira que a coisa nele significada só pode ser efetivamente comunicada, se houver uma indicação, no enunciado, da intenção do falante de comunicá-la sob um modo determinado.

Nesta perspectiva de análise, a significação lingüística é tratada sob um duplo aspecto. Estes dois aspectos, embora diferentes, são complementares e integram o sentido total de um enunciado. Descrever um estado de coisas e indicar o modo desta descrição constituem as duas faces de um mesmo e complexo processo semântico. Por isso, um enunciado, ao mesmo tempo que diz, descreve, representa um estado de coisas - o seu conteúdo proposicional, mostra, indica, implica o modo no qual este conteúdo é dito, isto é, o modo de sua enunciação, a sua força ilocucionária, a sua forma.

A forma de um enunciado tanto pode ser indicada através de recursos intonacionais, como atra-

sés de elementos do interior da própria frase e frequentemente pela combinação dos dois. É não raro o elemento da frase que mostra a força ilocucionária do enunciado faz também parte do conteúdo que ele expressa. É o que acontece, por exemplo, em enunciados do tipo *A terra é redonda* em que o verbo é ao mesmo tempo em que estabelece a relação de atribuição entre o nome e o adjetivo, indica também que a força ilocucionária deste enunciado é a de uma afirmação. Nestes casos, como observa Gardiner (1969: 113), "a referência objetiva dos enunciados e a finalidade do falante quando os enuncia estão a tal ponto ligadas que não se pode, em um sentido estrito, isolar uma da outra". Mesmo nestes casos, em que a "qualidade oracional específica" de um enunciado é reflexivamente indicada no seu interior, por um de seus elementos, a diferença entre os dois modos de significar permanece. Assim como permanece no outro caso extremo da indicação modal, ou seja, aquele em que a força ilocucionária do enunciado é determinada por um outro enunciado lingüístico que se justapõe ao primeiro, por intercalação ou não, ou que até mesmo o subordina sintaticamente, e cujo conteúdo comenta o modo de enunciação do primeiro enunciado. É nesta categoria que entrariam as proposições acessórias (*incidentes*) da Lógica de Port-Royal a que acima nos referimos, e aqueles enunciados a que Strawson (1971) chama *quase-comentários*.

Assim, por exemplo, nos enunciados

- (86) Eu ordeno que você fique sentado.
- (87) Eu aviso que o cachorro é bravo.
- (88) Fique sentado, eu ordeno.
- (89) Fique sentado, é uma ordem.
- (90) O cachorro, eu aviso, é bravo.
- (91) O cachorro é bravo, é um aviso.

em há subordinação efetiva nos casos em que ocorre conjunção integrante que, nem há, nos outros casos, dois enunciados, um comentando o outro metalingüisticamente, mas um só ato de enunciação no qual se diz alguma coisa - *O cachorro é bravo*, por exemplo - e no qual se indica descritivamente ou, para soar um aparente paradoxo, no qual é explicitamente implicada a força ilocucionária particular deste

ato: ordem ou aviso nos enunciados em questão. Como diz Strawson (1971:160), este segundo enunciado "dirige-se ao mesmo público que a enunciação de que ele é um quase-comentário. Na medida em que é parte da intenção do falante, relativamente a este público, manifestar claramente que sua enunciação é, por exemplo, um aviso, e na medida em que o quase-comentário posposto serve diretamente a esta intenção, é preferível considerar, apesar das aparências, que não se está diante de duas enunciações, uma comentando a outra, mas de um só e mesmo ato de linguagem. Breve, a adição do quase-comentário é um aviso é uma parte do ato total de aviso".

Vê-se por aí que a distinção dos dois modos de significar presentes em todo enunciado - o dizer e o mostrar - é uma distinção muito mais funcional do que material: o mesmo elemento lingüístico pode acumular a função referencial e a função modal no enunciado - caso do verbo é no exemplo *A terra é redonda*; pode ser, às vezes, uma representação de um estado de coisas - o enunciado *É um aviso dito*, por exemplo, quando me refiro a um cartaz pendurado na porta; pode, outras vezes, ser uma indicação explícita da força ilocucionária com que pretendo produzir um enunciado - é um aviso, nos exemplos do tipo *o cachorro é bravo, é um aviso*.

Há, portanto, uma gama variadíssima de recursos que funcionam como indicadores da força ilocucionária específica de um enunciado: desde os gestos, propriamente ditos, e a intonação, até elementos da frase, ou mesmo frases inteiras.

Neste sentido, poder-se-ia falar, abusando um pouco do nome, numa ampla e disseminada função gestual da linguagem (a que em outro artigo chamamos também função ritual (Vogt, 1980), e que se caracterizaria como uma função eminentemente pragmática. Ou seja, aquela que fornecendo as condições lingüísticas da identidade social dos interlocutores, organiza a língua como uma espécie de código jurídico que, por sua vez, sistematiza o conjunto de representações sociais, ideológicas portanto, porque passam necessariamente as representações do mundo na linguagem. É neste sentido ainda que insistimos em dizer que o domínio específico da pragmática é o das relações entre linguagem e ideologia e

que o espaço metodológico de sua atuação não está, na teoria lingüística, nem antes nem depois da sintaxe e da semântica, mas no intervalo entre as duas.

Urmson (1963:239-240) tratando dos verbos parentéticos, diz o seguinte:

"Quando estes verbos são empregados na primeira pessoa do presente, e de modo particularmente claro quando estão gramaticalmente na posição de frases intercaladas, a asserção propriamente dita está contida na proposição declarativa à qual estão associados... Não têm, neste emprego, um sentido descriptivo, mas funcionam sobretudo como sinais que guiam o ouvinte para uma apreciação correta da afirmação no seu contexto... não são parte da afirmação, nem uma afirmação suplementar, mas funcionam, relativamente à afirmação que é feita como *Leia com atenção* funciona em relação à notícia cujo texto vem em seguida, ou como um bater de calcinhas ou uma continência funciona no nível do exército para indicar que se faz um relatório oficial. Podem, talvez, ser comparados a indicações cênicas do tipo *dito com um tom melancólico* ou *dito com convicção*, na sua relação com a peça. Ajudam a compreender e a captar o que é dito sem, contudo, dele fazer parte, propriamente.

Compare-se esta observação de Ursom com as considerações que fizemos sobre a Lógica de Port Royal e a concepção do sentido de um enunciado como orientação do discurso. Seja ela também comparada com o que diz Vendler (1970:89) sobre os verbos performativos: "... são semelhantes a agulhas que indicam que curso tomará a seqüência do discurso."

É através das indicações modais que o enunciado se relaciona de um modo particular com o contexto pragmático de sua enunciação. Ao mesmo tempo em que o enunciado diz, representa ou descreve alguma coisa, ele indica, mostra ou representa (no sentido teatral) as atitudes e identidades dos interlocutores que dele participam não apenas como falante e ouvinte, mas como destinador e destinatário constituídos no próprio ato de enunciação que dão origem ao enunciado. Em outras palavras, dizer algo sobre alguma coisa a alguém supõe mais do que a noção de que é dito e a identidade de quem diz. Suje, na verdade, que não há dizer sem mostrar, não há explícito sem implícito, não há representação

(no sentido de descrição de um estado de coisas) sem representação (no sentido teatral). Quem fala produz frases, quem diz produz valores de verdade, quem mostra produz identidades sócio-lingüísticas. Estas identidades medeiam, em todo processo semântico, a relação entre a linguagem e o mundo.

Não há como dizer algo sem se mostrar dizendo-o de alguma maneira. A não ser em situações particulares de uso, nas quais, em nome da objetividade e da verdade, se pretende apagar programaticamente as origens da enunciação. Caso, por exemplo, do discurso demonstrativo próprio da ciência e, em especial, do enunciado assertivo que lhe serve de fundamento lingüístico. Mesmo nesses casos, porque a asserção é uma entre as várias modalidades lingüísticas de enunciação, poder-se-ia dizer que a verdade e a objetividade são funções da representação (no sentido teatral) particular que os interlocutores reciprocamente se fazem na particularidade desse jogo lingüístico que é a asserção. Não há universo de referência, pois este, em língua natural, sempre supõe um universo de interação que forneça as condições sócio-culturais de qualquer referência, por mais abstrata e genérica que possa parecer.

4. Todo enunciado contém uma indicação do modo como ele se relaciona com o contexto pragmático de sua enunciação e é, pois, simultaneamente, pelo seu sentido uma representação (descrição) de um estado de coisas no mundo e uma representação (teatral) de sua própria enunciação. Vale dizer, todo enunciado é uma representação de uma representação.

As indicações pragmáticas de um enunciado podem servir para relacioná-lo com o contexto "psicológico" de sua enunciação, como quando eu digo por exemplo, Infelizmente Pedro foi ao cinema. Neste caso eu digo ao meu interlocutor que Pedro foi ao cinema e indico-lhe minha atitude de pesar diante deste fato. Tais indicações podem mostrar o modo particular como o enunciado se relaciona com o discurso no qual se insere, isto é, as suas relações lógicas e argumentativas com outros enunciados que compõem o discurso, como quando eu digo, por exem-

•pio, Eu concio que o governador é um tipo perigoso. Digo agora que o governador é um tipo perigoso, mas não me descrevo concluindo. O que faço é indicar que isto que digo decorre do que foi anteriormente dito. Pratico o ato de concluir e mostro, assim, que meu enunciado não diz nada de novo. Apenas conclui do que já tinha sido dito. Podem, ainda, no caso das afirmações, mostrar o grau de compromisso do falante com a verdade do que é dito. Como se sabe, uma afirmação supõe certas condições de felicidade entre as quais que tenha um fundamento, uma justificação, isto é, que não seja gratuita (Cf., por exemplo, Austin: 132 e segs). Searle (1969:54 e segs.) procurando estabelecer a estrutura de alguns atos ilocucionários, considera entre eles o da assertão para determinar-lhe como regras constitutivas, além de uma regra essencial (se p representa a proposição expressa num enunciado assertivo, p deve ser verdadeiro), uma regra de sinceridade (o falante acredita na verdade de p) e duas regras preparatórias (a) o falante tem provas da verdade de p, e (b) não é evidente para o falante e o ouvinte que ambos conheçam p).

No entanto, muitas vezes posso fazer uma afirmação sem que eu tenha certeza absoluta da verdade daquilo que nela digo. Posso considerar, por exemplo, que não tendo provas suficientes do que digo o mais acertado é comprometer-me num grau mais atenuado com a verdade da minha afirmação, de maneira a me resguardar de uma eventual cobrança a que teria direito o meu interlocutor, caso eu fizesse simplesmente uma afirmação. Quando eu digo, por exemplo:

- (92) Creio que Pedro foi ao cinema.
- (93) Pedro foi ao cinema, eu creio.
- (94) Suponho que Pedro foi ao cinema.
- (95) Pedro, eu suponho, foi ao cinema.,

seja o verbo usado parenteticamente, como diz Ursom, seja ele usado como aparente verbo principal de uma estrutura de pseudo-subordinação, o que eu afirmo é que Pedro foi ao cinema, afirmação esta modalizada pela indicação explícita de creio e suponho que indicam ao interlocutor que não posso garantir integralmente a verdade desta afirmação.

É exatamente este o emprego do verbo que chamamos neste trabalho achar₁ em português, particularmente quando usado na primeira pessoa singular do indicativo presente. Quando digo

- (96) Eu acho que o tempo vai mudar.
- (97) Eu acho que Pedro foi ao cinema.
- (98) Pedro, eu acho, foi ao cinema.
- (99) Pedro foi ao cinema, eu acho.

eu, para imitar o que diz Benveniste (1966:264), a propósito de eu creio não me descrevo achando. "A operação de pensamento não é absolutamente o objeto do enunciado. Eu creio (que...) (e no caso Eu acho (que...)) equivale a uma asserção mitigada. Dizendo Eu creio (que...) Eu acho (que...), converto numa enunciação subjetiva o fato afirmado impessoalmente, a saber o tempo vai mudar que é a verdadeira proposição."

Neste sentido o verbo achar₁ em português é um indicador modal. Seu valor semântico é totalmente pragmático, na medida em que, atenuado o grau de compromisso do falante com a verdade do que afirma, o seu papel se define, para usar uma distinção feita por Bally (1965: 48), no nível do modus, isto é, da modalidade do enunciado, e não no nível do modo, isto é, do dictum do enunciado.

O verbo achar₁ não introduz nenhum ato ilocucionário diverso daquele que se pratica quando uma afirmação é feita. Não é assim, um verbo performativo. É, como dissemos, um modalizador do ato de fala de afirmar, que entra no paradigma de outras indicações modais definidas da mesma maneira, sejam elas dadas por verbos ou advérbios e expressões advérbiais, eu acho, eu creio, eu suponho, talvez, pode ser, provavelmente, não é impossível. Em outras palavras, o verbo achar₁ é um verbo de atitude proposicional, isto é, um verbo cujo papel é indicar a atitude de um indivíduo em relação a uma proposição. Esta proposição constitui, assim, o objeto da atitude mostrada pelo verbo. Quando digo, por exemplo,

- (100) João acha que Pedro foi ao cinema.,
- relato não apenas a afirmação de João sobre Pedro como também indico a sua atitude de mitigada certeza.

ção Pedro foi ao cinema descreve.

Mas é na primeira pessoa singular do indicativo presente que o verbo *achar*₁ se apresenta como pura indicação modal. Perde aí todo caráter descriptivo que porventura ainda possa ter, como no exemplo acima, quando empregado na terceira pessoa. Segundo observa Benveniste (1966:263-264):

"(...) Dizendo *eu sinto* (que o tempo vai mudar), descrevo uma impressão que me afeta. Mas o que se passaria se, no lugar de *eu sinto* (que o tempo vai mudar), eu dissesse: *eu creio* (que o tempo vai mudar)? A simetria formal é completa entre *eu sinto* e *eu creio*. Também é para o sentido? Posso considerar este *eu creio* como uma descrição de mim mesmo ao mesmo título que *eu sinto*? Descrevo-me cren do quando digo *eu creio* (que...)? Certamente não."

Em seguida, tratando de enunciados do tipo *Você é, eu suponho, Fulano de Tal, Presumo que João recebeu minha carta*, Benveniste (1966:264), considerará estas formas pessoais (*eu suponho, eu presumo, etc.*) como indicadores de subjetividade. Sua função é indicar o contexto subjetivo - dúvida, presunção, etc. - em que se dá a asserção.

O mesmo pode, sem dúvida, ser dito do verbo *achar*₂ em português, particularmente quando empregado na primeira pessoa singular do indicativo presente. É também um indicador de modalidade, um marcador de subjetividade. Contudo, com uma diferença fundamental em relação ao *achar*₁. Não é propriamente um verbo de atitude proposicional mas um verbo de enunciação¹⁸, isto é, um verbo que relata no estilo indireto uma enunciação, cujo conteúdo é representado pela proposição que introduz.

O verbo *achar*₂ entra no paradigma de verbos como *afirmar, prometer, ordenar, jurar, etc.* e não de verbos como *supor, crer, presumir, etc.* E tem, como aqueles verbos, a peculiaridade de, quando usado num enunciado na primeira pessoa singular do indicativo presente, não apenas descrever a enunciação que relata e cujo conteúdo é representado pela proposição que o segue, mas a de apresentar-se como a própria ação que o seu sentido caracteriza. Vale dizer, o verbo *achar*₂ é um verbo performativo.

Quando digo, por exemplo, Pedro acha que o filme é bom, as duas interpretações de *achar* são possíveis, já que estão satisfeitas o que atrás chamamos de suas condições lingüísticas de felicidade. Se minha intenção for relatar uma afirmação feita por Pedro e que eu entendo dever ser mitigada do ponto de vista de seus compromissos ilocucionários com o sujeito que a fez, interpreto *achar* como *achar*₁, isto é, como um verbo de atitude proposicional. Se, ao contrário, minha intenção for apresentar a opinião de Pedro sobre o filme, insistindo no caráter pessoal e original de sua formulação, o que eu relato não é a afirmação atenuada de Pedro de que o filme é bom, mas a afirmação de que Pedro acha o filme bom. Neste caso, interpreto *achar* como *achar*₂, isto é, como um verbo de enunciação. Se isto for verdadeiro, significa, então, que haverá duas formas para representar em discurso direto o enunciado Pedro acha que o filme é bom:

Interpretação *achar*₁: Pedro afirmou (de maneira atenuada): O filme é bom.

Interpretação *achar*₂: Pedro afirmou: Acho que o filme é bom.

OU

Pedro afirmou: Acho o filme bom.

Reencontramos, assim, a distinção de interpretações feita pela Lógica de Port-Royal (Cf. aqui mesmo: 126-128) para os enunciados do tipo Todos os filósofos afirmam que a terra é redonda.

Por outro lado, comprehende-se melhor por que só *achar*₂ admite a contracção da completiva. É que, como se pode ver pelo esquema acima, o que se relata em discurso indireto com *achar*₂ é o ato ilocucionário de predicação original, como chama Ducrot, praticado pelo sujeito do enunciado num momento anterior ao tempo da enunciação. *Achar*₂ integra, deste modo, o conteúdo do enunciado e acumula ao mesmo tempo a função de indicador modal. Constitui, simultaneamente, parte da atribuição que se faz ao sujeito do enunciado e a indicação de que a sua opinião é feita sobre o fundamento de sua experiência pessoal com o objeto de sua apreciação. Portanto o núcleo da relação atributiva do enunciado Pedro acha₂ que o filme é interessante não está no verbo

Sei mas não vejo achar, o que transforma a proposição o filme é interessante em simples parte constitutiva do atributo e permite dizer, então, Pedro acha o filme interessante. No caso de achar₁ para os enunciados do mesmo tipo, é bem outra coisa que se passa. O núcleo da relação atributiva é constituído pelo verbo ser, que, usado no indicativo, exerce também a função de indicador modal. Esta indicação serve para mostrar que a força ilocucionária do enunciado é a de uma afirmação, afirmação esta que será por sua vez modalizada pela indicação explícita própria do verbo achar₁. Ora se se trata de uma afirmação é impossível contrair a proposição que aparece como completiva de achar₁, pois ela constitui o objeto específico do ato ilocucionário que se pratica quando digo, por exemplo, Eu acho que o filme é interessante.

Uma passagem do livro de Gardiner (1969: 223-224) é significativa a este respeito. Tratando da cópula e de seu uso em enunciados assertivos, considera que a sua função como indicador desta modalidade de enunciação pode ser melhor apreendida quando se "comparam conjuntos de palavras que contêm a cópula com outros que a omitem". "Tomemos, prossegue o autor, a exclamação Bonita, esta música! Tentemos pronunciá-la, o quanto possível, como uma afirmação para, em seguida, compará-la com Esta música é bonita. No último caso o falante declara abertamente, ou dá como opinião sua, que a música é bonita; no primeiro caso sua exclamação de entusiasmo apenas a implica. Para ser estritamente exato, Esta música é bonita também "implica" o julgamento do falante pois (...) nenhum enunciado pode realmente afirmar o seu propósito, mas só o comunica pelo método da implicação como oposto ao da descrição. Mas não há nenhum paradoxo vazio em dizer que, enquanto afirmação, o enunciado Esta música é bonita é explícito na sua implicação. Relativamente, e com parado com Bonita esta canção, declara a intenção do falante de impor esta opinião".

A autoridade e a certeza com que o falante se apresenta para o ouvinte é, portanto, indicada explicitamente pelo verbo é. É esta autoridade e esta certeza que, de certa forma, pelo que diz Gardiner, são subtraídas ao enunciado exclamativo.

Ora, nos enunciados com achar₁ ocorre também a atenuação da autoridade do falante pela atenuação de seus compromissos com a verdade do que afirma. Mas esta atenuação não modifica a qualidade do ato da fala, que permanece uma afirmação, apenas com um grau de certeza menor por parte do falante. Quando digo a alguém Acho que Pedro foi ao cinema, afirmo que Pedro foi ao cinema e indico ao ouvinte que não é legítimo que me peça provas definitivas daquilo que declaro. Daí termos classificado o verbo achar₁ como verbo de palpite. Esta indicação é, no entanto, totalmente marginal ao conteúdo do enunciado. O mesmo se dá com enunciados que expressam um julgamento de valor, como quando digo, por exemplo, Acho esta música bonita.

Se considerarmos agora o enunciado exclamativo Bonita esta música! e pensarmos na possibilidade de sua ocorrência com o verbo achar, não será difícil ver que num enunciado do tipo Bonita esta música! Eu acho, a única interpretação possível para Eu acho é a de achar₂, isto é, aquela a que antes chamamos apreciação e que agora apresentamos como performativa.

Ora, as razões para a não ambigüidade dessa ocorrência de achar são exatamente as mesmas que apontamos para a exclusividade da contracção da completa com achar₂, reforçadas agora pelas observações de Gardiner quanto à presença ou omissão da cópula num enunciado valorativo.

Com achar₂ a indicação pragmática da força ilocucionária é feita, como dissemos, pelo mesmo elemento gramatical que participa também da expressão do conteúdo do enunciado, tal como acontece com os enunciados assertivos em que o verbo ser no indicativo é parte do dictum e mostra a modalidade afirmativa de sua enunciação. Na sua função pragmática, achar₂ é, se se puder assim dizer, menos marginal ao conteúdo do enunciado que achar₁. É este grau de integração entre o dizer e o mostrar, entre o explícito e o implícito, entre a proposição expressa pelo enunciado e a indicação de sua força ilocucionária que achar₂ realiza. É por realizá-la que constitui um verbo de enunciação. É por constituir um verbo de enunciação que, usado na primeira pessoa singular do indicativo presente, tem

maior
exerto
é que
define
e sim
o demais
nature
esta
especifica
no
momento

acho que droga é uma droga → achar₂ → eu julgo
ao mesmo tempo que eu não tenho certeza se real é.
porque eu acho que a droga é real

valor performativo. Dizendo Eu acho o filme interessante, não só me descrevo opinando sobre o filme, mas sobretudo pratico a ação descrita pelo verbo: opino original e pessoalmente a partir de minha própria experiência. É isto que diferencia o verbo achar₂ tanto de achar₁ como de afirmar. A diferença entre achar₁ e afirmar é, como dissemos, uma diferença de grau, uma diferença quantitativa. A diferença entre achar₂ e achar₁ é uma diferença de qualidade de força ilocucionária.

Quem diz Eu acho₂ que o filme é interessante faz mais e faz menos que uma afirmação. Faz menos porque não pretende se apresentar para o destinatário com a certeza e a autoridade próprias de quem afirma. Nisto é parecido com achar₁. Faz mais, porque se representa, no sentido teatral do termo, como único fundamento de sua própria opinião. Aqui a autoridade pode ser absoluta. Nisto é totalmente diferente de achar₁.

mas os dois sentidos
achar₁ e achar₂ podem estar contidos num
mesmo uso.
(ver adiçõa)

Notas

1. Faremos as citações a partir da tradução da obra para o português.
2. Notemos que, na acepção de julgar, considerar, o verbo achar é classificado por Francisco Fernandes como sendo transitivo relativo, nome com o qual designa a classe dos verbos "que se ajuntam, para formar sentido, um objeto direto e um complemento terminativo" (cf. Fernandes, 1955, p.26). Por complemento terminativo Fernandes designa "todo elemento preposicionado (inclusive o próprio adjunto adverbial) que concorra, de algum modo, para integralizar a significação do verbo" (cf. Fernandes, p.25). Seu exemplo, tomado a R. da Silva é: Eles achavam imoral a pasmaceira no locutório. Nós preferimos vê-lo, inicialmente, como um verbo transitivo direto com objeto oracional, que pode - à diferença do verbo achar na acepção de supor - ter uma forma alternativa com o complementizador e a cópula elípticos: Eles achavam imoral a pasmaceira no locutório (= Eles achavam que a pasmaceira no locutório era imoral).
3. A enunciação (6) torna-se aceitável se for ampliada: (6') Sim, e eu acho que o carro deve ser caro para a maioria dos brasileiros.

Neste caso, porém, o falante, ao invés de dar a sua opinião, aponta em seu lugar a da maioria dos brasileiros, fazendo-a sob a forma de palpite. Em outras palavras, caro é a apreciação que o sujeito da enunciação supõe (a título de palpite) que a maioria dos brasileiros fará quando souber o preço do carro. É equivalente a A maioria dos brasileiros deve achar o carro caro, em que o palpite é marcado pelo morfema deve e a apreciação pela forma reduzida da completiva. A representação do enunciado acima deveria portanto conter duas vezes o verbo achar: Eu acho₁ que a maioria dos brasileiros acha₂ (que) o carro (é) caro. Trata-se de uma suposição de X sobre a opinião de X'.

Esta ressalva é útil para que o leitor se dê conta do uso que fazemos do asterisco. Este não marca no nosso trabalho - tal como na gramática gerativa transformacional - a impossibilidade total de ocorrência do enunciado, mas um certo grau de estranheza do mesmo em relação a uma dada situação de discurso, situação esta que é definida não só pelo contexto lingüístico, mas também pelo contexto extra-lingüístico.

4. Não é nossa pretensão estender a análise para estes outros verbos, mas somente apresentá-los como substitutos possíveis do verbo achar em um dos seus sentidos. Um trabalho nesta direção teria de examiná-los ao lado de muitos outros que não foram mencionados como: crer, acreditar, julgar, pensar, ter a impressão de, parecer, que comportam nuances semânticas particulares. Todos eles, porém, se enquadram entre os chamados verbos de opinião. Um trabalho mais amplo com este grupo de verbos foi empreendido por Ducrot em relação ao francês, no interior de um artigo sobre o verbo trouver. Usando critérios relacionados com as condições de emprego dos verbos, o autor chegou a uma classificação dos verbos de opinião que vai desde o verbo considérer, até o verbo croire, passando por trouver, estimer, juger, avoir l'impression, être sûr e penser.
5. Na II parte do trabalho tentaremos mostrar, entretanto, que a ambigüidade do verbo achar, em português, embora constatada por uma diferença sintática característica de cada um dos dois empregos, não pode ser totalmente explicada por ela. Esta explicação tem, como procuraremos mostrar, fundamentos pragmáticos, que do ponto de vista lingüístico, longe de desfazer a distinção, antes a confirmam. A questão está na própria concepção do que é a pragmática e do seu papel na descrição semântica dos enunciados.

Vendler (1970:60) mostra que estes verbos, juntamente com outros que exibem o mesmo comportamento (exclusão da subordinada introduzida por que), correspondem à classe dos verbo-ridictivos de Austin. São verbos que consistem em exprimir o que foi constatado, a partir da evidência ou das razões concernentes aos fatos, ao caráter e ao valor destes fatos. Transcreveremos a lista destes verbos, para que fique evidente a sua semelhança com os verbos por nós chamados de verbos de apreciação: ranger, placer, apprécier, évaluer, estimer, coter, diagnostiquer, caractériser, classer, décrire, appeler, définir, trouver, régier, tenir. No dinada é um traço que separa os verbos de apreciação dos verbos de suposição, para Vendler este traço é invocado para separar os veridictivos de outra classe de performativos: os expositivos (énoncer, asserter, declarer, etc). Estes últimos tendem, segundo Vendler, a resistir à contrição mesmo quando o verbo subordinado é o verbo être.

7. Para o esclarecimento da relação existente entre negação do pressuposto e discurso polêmico, ver capítulo 3 de Ducrot (1972) e os trabalhos de Vogt (1970), (1980).

8. Estamos contrastando as duas formas de implícito: pressuposto (PP) e subentendido (SE). Segundo Ducrot (1969, 1972), o SE, mas não o PP, tem a característica de cancelabilidade: A diz X, querendo dizer X'; B recebe Y e extraí daí X'; na hipótese em que A condene B por dizer X', A pode recusar a responsabilidade de ter dito X', limitando-se a asumir X. X' será apresentado como sendo uma interpretação (não-literal) feita por B, de suas palavras.

Tal movimento é impossível de ser feito em relação ao pressuposto.

9. Ou coocorre mais dificilmente - deveríamos dizer - pois não é impossível que, mediante a redução da completiva, se construa uma apreciação em contexto incompatível com esta marca. Imagine-se uma situação em que as pessoas não estão de acordo quanto à cor de um objeto que têm diante de si: uma poderá dizer acho a mesa azul, outra acho a mesa verde.

10. Voltaremos de maneira mais detalhada a esta questão na parte II do artigo.

11. O enunciado (38') deixa de ser estranho se o sintagma uma feminista, mais do que identificar ou classificar, estiver servindo para qualificar o objeto.

12. Ao fazermos esta análise estamos pensando no enunciado proferido com tonicidade neutra. Não excluímos a possibilidade de, mediante uma alteração na tonicidade, deslocar-se para o nível de posto o que indicamos como pressuposto.
13. Karttunen distingue três tipos de predicados:
 - a) "plugs" ou predicados que bloqueiam todas as pressuposições da sentença complemento. Ex: verbos de "saying" ou performativos: dizer, mencionar, perguntar, prometer, ordenar, acusar, etc.
 - b) "holes" ou predicados que deixam passar as pressuposições da sentença complemento. Ex: verbos factivos (saber, lamentar, estranhar, etc); verbos implicativos (conseguir, evitar, forçar); e também note-se bem - verbos de atitude proposicional, como: achar, acreditar, duvidar, etc.
 - c) "filters" ou predicados que cancelam certas pressuposições do complemento, sob certas condições. Ex: se... então; ou...ou.
14. Notemos que em 966b) o sujeito da enunciação faz uma previsão, fundamentada sobre um julgamento pessoal da obra de Gil Vicente, enquanto em (66a) ele se limita a repetir, sob uma forma atenuada, uma afirmação, que é (supostamente) a dos manuais de literatura portuguesa.
15. O leitor observará que enunciados com cópula modalizada, em contextos com b soam como um recuo do falante face ao que a extensão de seu conhecimento declarado (sobre o objeto em questão) o obriga a realizar verbalmente (a isto nos referimos na seção I.1, como violação da lei de exaustividade). Por sua vez, enunciados contraídos, em contextos como a, soam como um avanço, não autorizado, em direção a um ato para o qual o falante não está capacitado.
16. Trata-se, evidentemente, de um emprego do termo **implicar** que nada tem a ver com a implicação material, e que tem motivações muito mais culturais do que lógicas.
17. O termo **representação** é aqui equivalente a "descrição" e diz respeito à função referencial ou cognitiva da linguagem. Muitas vezes, no decorrer desta exposição, usaremos também o termo **representação** no seu sentido teatral de "encenação". Dirá, então, respeito à função pragmática ou argumentativa da linguagem. Indicaremos a particularidade

do uso acrescentando ao termo *representação* uma ou outra dessas especificações.

18. Para uma caracterização lingüística mais detalhada desta distinção, ver Vendler (1970:81-84).

Referências Bibliográficas

Arnauld, A. & Nicole, P., 1965: *La Logique ou L'Art de Pensée* (Lógica de Port-Royal), P.U.F., Paris. Primeira Edição, 1662.

Austin, J.L., 1962: *How to do Things with Words*, Harvard, University Press, Cambridge.

_____, 1970: "Truth", in Austin, 1970 a), p. 117-133.

_____, 1970a): *Philosophical Papers*, Oxford University Press, Oxford, 2^a edição.

Bally, C. 1965: *Linguistique Générale et Linguistique Française*, Éditions Francke, Berna, 4^a edição.

Benveniste, E. 1966: *Problèmes de Linguistique Générale*, Gallimard, Paris.

Caton, C.f. (org.), 1963: *Philosophy and Ordinary Language*, University of Illinois Press, Urbana.

Ducrot, O. 1968: "La Description Sémantique des Enoncés Français et la Notion de Présupposition". *L'Homme*, VIII, 1, p.37-53, Mouton, Paris.

_____, 1969: "Presupposés et Sous-entendus". *Langue Française*, 4, p.30-43, Larousse, Paris.

_____, 1972: *Dire et ne Pas Dire - Principes de Sémantique Linguistique*, Hermann, Paris. Tradução brasileira, 1977: *Princípios de Semântica Lingüística - Dizer/Não Dizer*, Editora Cultrix, São Paulo.

_____, 1975: "Je trouve que". *Semantikos*, I, 1, p. 63-88. Semantikos Association, Paris.

_____, 1978: "Présupposition et Allusion". Mimeo-grafado.

Ducrot, O. 1978a): *Présupposés et Sous-entendus (Reexamen)*". *Les Stratégies Discursives*, p. 33-43, Presses Universitaires de Lyon, Lyon.

Fernandes, F. 1955: *Dicionário de Verbos e Regimes*, Globo, Porto Alegre, 13^a edição.

Figueira, R.A. 1974: *Verbos Introdutores de Pressupostos*. Tese de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Gardiner, A.H. 1969: *The Theory of Speech and Language*, Oxford University Press, Oxford. Primeira edição, 1932.

Gordon, D. & Lakoff, G.M. 1976: "Los Postulados Conversatorios" in Zavala, V.S., 1976, p.371-401.

Grice, P. 1969: "Utterer's Meaning and Intentions". *Philosophical review*, 78, p.147-177. Cornell University, Ithaca.

_____, 1971: "Meaning", in Steinberg, D.D. & Jacobovits, L.A. (orgs.), 1971, p.53-59.

_____, 1971a): "Utterer's Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning", in Searle, J.R. (org.), 1971, p.54-70.

Karttunen, L. 1973: "Presuppositions of Compound Sentences". *Linguistic Inquiry*. IV, 2, p.169-193, M.I.T. Press, Cambridge.

Searle, J.R. 1969: *Speech Acts*, Cambridge University Press, Cambridge.

_____, 1971 (org.): *Philosophy of language*, Oxford University Press, Oxford.

Steinberg, D.D. & Jacobovits, L.A. (orgs.) 1971: *Semantics*, Cambridge University Press, Cambridge.

Strawson, P.F. 1971: "Intention and Convention in Speech Acts", in Strawson, P.F., 1971a), p. 149-169.

_____, 1971a): *Logico-linguistic Papers*, Methuen & Co. Ltd., Londres.

Urmson, J.O. 1963: "Parenthetical Verbs", in Caton, C.F. (org.), 1963, p.220-240.